



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

CONSULTA PRÉVIA

AQS Nº 253/DMMC/DIOA/DGI/2020

“Fiscalização e Coordenação de segurança em obra para a Empreitada nº100/DMMC/DIOA//DGI/19 – “Requalificação dos espaços exteriores da Praça Marechal Humberto Delgado – Sete Rios”, ao abrigo do “Acordo Quadro para a Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra de Empreitadas de Infraestruturas Viárias, Vias Pedonais e Cicláveis, Reordenamento de Espaços Públicos Urbanos e Equipamentos de Apoio aos Transportes”- (Processo nº 5/AQS/CP/DGES/ND/2018)

PROCESSO Nº 04/CPREV/DGES/ND/2020



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

ÍNDICE GERAL DO PROCEDIMENTO

I – CONVITE

II – CADERNO DE ENCARGOS



Convite à Apresentação de Proposta

AQS Nº 253/DMMC/DIOA/DGI/2020 – “Fiscalização e Coordenação de segurança em obra para a Empreitada nº 100/DMMC/DIOA/DGI/19 – “Requalificação dos espaços exteriores da Praça Marechal Humberto Delgado – Sete Rios”, ao abrigo do “Acordo Quadro para a Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra de Empreitadas de Infraestruturas Viárias, Vias Pedonais e Cicláveis, Reordenamento de Espaços Públicos Urbanos e Equipamentos de Apoio aos Transportes”- (Processo nº 5/AQS/CP/DGES/ND/2018)

PROCESSO Nº 04/CPREV/DGES/ND/2020

1. **Entidade adjudicante:** Município de Lisboa.
2. **Identificação do concurso:** AQS Nº 253/DMMC/DIOA/DGI/2020 – “Fiscalização e Coordenação de segurança em obra para a Empreitada nº 100/DMMC/DIOA/DGI/19 – “Requalificação dos espaços exteriores da Praça Marechal Humberto Delgado – Sete Rios”, ao abrigo do “Acordo Quadro para a Prestação de Serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança em obra de Empreitadas de Infraestruturas Viárias, Vias Pedonais e Cicláveis, Reordenamento de Espaços Públicos Urbanos e Equipamentos de Apoio aos Transportes”- (Processo nº 5/AQS/CP/DGES/ND/2018) - PROCESSO Nº 04/AQS/CPREV/DGES/ND/2020.
3. **O processo de concurso e as respetivas peças** estão disponíveis para download em plataforma eletrónica, no endereço <http://www.acingov.pt>, sendo este procedimento totalmente tramitado através desta plataforma.
4. **Órgão que tomou a decisão de contratar:**
A decisão de contratar foi tomada pelo Vice-Presidente João Paulo Saraiva, em 17 de agosto de 2020, exarado na Informação nº 1104/DGES/2020, datada de 23 de abril de 2020, nos termos da subdelegação de competências vertida no Despacho n.º 99/P/2017 de 23 de novembro, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1240, de 23 de novembro de 2017 e respetivas alterações, com a nova redação dada pelo Despacho n.º 120/P/2019 de 07 de novembro, publicado no 5.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1342, de 7 de novembro de 2019.
5. **Adoção de Consulta prévia:** Fundamentado na alínea b) do nº 1 do artigo 16º, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 252º e com o artigo 259º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.
6. **Preço:**
 - 6.1. **O preço base do concurso é de 306.210,00 € (trezentos e seis mil, duzentos e dez euros), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.**

Nota: Os preços unitários incluídos nas propostas a apresentar pelos co-contrantes no âmbito dos procedimentos de contratação a celebrar ao abrigo do acordo quadro não poderão ultrapassar os unitários que esses mesmos co-contratantes apresentaram na fase de adjudicação do acordo quadro, sob pena de exclusão da proposta.



- 6.2.** Para os efeitos deste concurso, o preço ou custo anormalmente baixo é aquele cujo desvio percentual, em relação à média dos preços das propostas a admitir, seja igual ou superior a 10% relativamente à média dos preços unitários indicados nas propostas a admitir. Caso, na fase de análise das propostas, apenas resulte a admissão de uma única proposta, deverá considerar-se que o preço anormalmente baixo é o que se situe em 10% (igual à percentagem fixada para o desvio) ou mais inferior ao preço base;
- 6.3.** Nos casos em que se verifique a existência de um preço anormalmente baixo, será solicitada ao concorrente a apresentação de documento que contenha o esclarecimento para a apresentação de uma proposta com preço anormalmente baixo.
- 6.4.** Nenhuma proposta será excluída com fundamento em preço anormalmente baixo, sem antes ter sido solicitado aos respetivos concorrentes, por escrito, que em prazo adequado prestem esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos das propostas considerados relevantes para esse efeito, nos termos do nº 4 do artigo 71º do Código dos Contratos Públicos.
- 6.5.** Para efeitos da verificação a que se refere o ponto 6.2 a percentagem relativa ao preço anormalmente baixo será aplicada ao valor da proposta, bem como a cada preço unitário apresentado.
- 7. Prazo de execução:** 730 dias, acrescido de 30 dias a contar da data da Receção Provisória, para a conclusão de todas as atividades relativas ao processo de fecho da Empreitada a fiscalizar;
- 8. Esclarecimentos sobre as peças do procedimento:**
No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças deste procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 9. Documentos que constituem a proposta:**
- a)** Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo I deste convite;
 - b)** Proposta redigida em conformidade com o modelo do Anexo II do presente convite – Sem prejuízo da apresentação destes documentos, o concorrente deve preencher na plataforma eletrónica os campos respeitantes aos atributos da proposta;
 - c)** Lista de preços unitários dos trabalhos previstos na “Lista de trabalhos e respetivos preços unitários base”, preenchida diretamente no anexo V a este Convite, e apresentada no formato “xls” (Excel). No que se refere aos preços unitários, estes serão apresentados com, no máximo, duas casas decimais;
- 10. Não é admissível** a apresentação de propostas variantes.
- 11. Prazo para a apresentação da proposta:** O prazo para apresentação de propostas encontra-se fixado na plataforma eletrónica identificada no ponto 3 deste convite.



12. Modo de apresentação da proposta: Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica, identificada no ponto 3 deste Convite, até ao termo do prazo fixado no ponto anterior.

NOTA: Quando o co-contratante, no âmbito de qualquer contrato a celebrar ao abrigo do acordo quadro, não apresente proposta ou cuja proposta seja excluída, independentemente do fundamento da exclusão, por duas vezes seguidas ou quatro interpoladas, considera-se que houve incumprimento definitivo do contrato, com a consequente possibilidade de exclusão do co-contratante do acordo quadro.

13. O prazo para a manutenção da proposta é de 120 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

14. Critério de adjudicação: A adjudicação será feita à proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

A adjudicação será feita à proposta de preço mais baixo.

Os arredondamentos da pontuação final serão feitos até à segunda casa decimal.

Em caso de igualdade pontual e após eventuais correções ao valor das propostas dos concorrentes por parte do Júri do Procedimento, o desempate é feito da seguinte forma e ordem:

- 1) Menor valor para o artigo 1.1.1 – Diretor de fiscalização;
- 2) Menor valor para o artigo 1.1.2 – Adjunto do Diretor de fiscalização;
- 3) Menor valor para o artigo 1.1.4 – Responsável das Instalações Elétricas;
- 4) Menor valor para o artigo 1.1.5 – Responsável das Instalações Mecânicas;
- 5) Menor valor para o artigo 1.1.6 – Coordenador de Segurança em obra;
- 6) Menor valor para o artigo 1.1.7 – Coordenador de Ambiente em Obra;
- 7) Menor valor para o artigo 1.1.8 – Técnico de Gestão de Qualidade;
- 8) Menor valor para o artigo 1.1.3 – Fiscal de Construção Civil;
- 9) Menor valor para o artigo 1.1.9 – Topógrafo;
- 10) Por sorteio a realizar na presença de todos os cocontratantes em data, hora e local a definir e a notificar pela entidade adjudicante:
 - a) Num saco opaco colocar-se-ão os cartões, numerados de 1 até ao número de empresas a desempatar;
 - b) Contar-se-ão os representantes das empresas interessadas presentes no ato e até á hora final e designar-se-ão tantos funcionários deste serviço, quantos os necessários para suprir a ausência das empresas interessadas;
 - c) Cada representante das empresas procederá à extração de um cartão de dentro do saco, seguindo-se o mesmo procedimento para os funcionários que representem as empresas ausentes;
 - d) Quem retirar o cartão com a menção “n.º1” será o adjudicatário e será também, nos termos do relatório final, proposto como adjudicatário;



e) As restantes empresas ficarão ordenadas consoante a numeração do cartão retirado.

15. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

16. Documentos de habilitação:

16.1 Com vista à habilitação da Empresa Adjudicatária e somente após a comunicação de adjudicação, devem ser apresentados, no prazo fixado na respetiva notificação, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo do Anexo III anexo ao presente convite;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do número 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente:
 - i. Certidão da Conservatória do Registo Comercial;
 - ii. Certidão do Registo Criminal da sociedade e dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da Empresa, em efetividade de funções, ou seja, Conselho de Administração e restantes administradores, todos os sócios e gerentes;
 - iii. Declaração comprovativa de se encontrar regularizada a situação relativamente às contribuições para a Segurança Social em Portugal, emitido pelo Instituto da Segurança Social, IP;
 - iv. Certidão emitida pela Repartição de Finanças da área da sede ou domicílio fiscal, da qual conste que tem a situação tributária regularizada, nos termos do DL n.º 236/95, de 13 de Setembro;
 - v. Cópia do BI / Cartão do Cidadão, das pessoas com poderes para outorgar o contrato (com a respetiva morada);
 - vi. Cópia do cartão de pessoa coletiva;

Nota: Alguns destes documentos poderão vir a ser dispensados, por indicação expressa da entidade adjudicante, quando esta última já estiver na posse desses mesmos documentos válidos, por força da sua apresentação em sede de habilitação do cocontratante em sede do procedimento de contratação do acordo quadro ou em sede de anteriores contratos celebrados ao abrigo do mesmo.

16.2 Juntamente com os documentos de habilitação, identificados no ponto anterior, deve a Empresa Adjudicatária apresentar **Comprovativo de registo no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo)**, para cumprimento da Lei n.º 89/2017, de 21 de Agosto.

17. Prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário: 10 dias a contar da data da notificação de adjudicação.

18. Prazo para a supressão de irregularidades nos documentos de habilitação entregues: 2 dias a contar da data da notificação.

19. Prestação da caução:

A prestação da caução deverá ser efetuada nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do Código dos Contratos Públicos, de montante correspondente a 5% do preço contratual ou 10% se a adjudicação for feita a uma proposta de preço anormalmente baixo, no prazo máximo de 10 dias.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

A caução é prestada por qualquer dos meios admitidos no Código dos Contratos Públicos Pública, e quando o for através de garantia bancária, seguro-caução ou depósito em títulos, deverá seguir as minutas respetivas constantes no Anexo IV deste Convite.

As despesas com a prestação da caução são integralmente da responsabilidade do adjudicatário.

A Diretora de Departamento

Cláudia Pires Ferreira, Eng^a

CLÁUDIA ISABEL
MURTA
GONÇALVES
PIRES FERREIRA

Assinado de forma digital
por CLÁUDIA ISABEL
MURTA GONÇALVES
PIRES FERREIRA
Dados: 2020.08.26
10:44:18 +01'00'

Anexo I

[Para cumprimento da alínea a) do Ponto 9 do Convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que

eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),

... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

[Para cumprimento da alínea b) do Ponto 9 do Convite]

F... (indicar nome, estado civil, profissão e morada ou firma e sede), , depois de ter tomado conhecimento do objeto da aquisição de serviços (designação), a que se refere o convite datado de..., obriga-se a executar todos os trabalhos em conformidade com o caderno de encargos, pelo preço total de (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado e pelo prazo de

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Local e Data.

Assinatura.

.

Anexo III

[Artigo 81º, nº 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual e Ponto 16, alínea a) do Convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾ os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data),

... [assinatura ⁽⁵⁾].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.

Anexo IV

[Artigo 90º, nº 5 do Código dos Contratos Públicos] Modelo de garantia bancária à primeira solicitação

O Banco ..., com sede em ... matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação do serviço), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

... Data.

... Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A Companhia de Seguros ..., com sede em ..., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de ..., com o capital social de ..., presta a favor de Câmara Municipal de Lisboa e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ..., correspondente a ... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa vai outorgar e que tem por objeto ... (designação do serviço), regulado nos termos da legislação aplicável (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro que aprovou o Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual).

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros não pode opor à Câmara Municipal de Lisboa quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação.

... Data.

... Assinaturas. (É obrigatório o reconhecimento notarial, ou por advogado, das assinaturas)



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

Modelo de guia de depósito
(dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado)

Vai ..., residente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da ... (instituição) a quantia de ... (por extenso, em moeda corrente), (em dinheiro ou representada por títulos emitidos ou garantidos pelo Estado), como caução exigida para a aquisição de serviços de, para os efeitos do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual. Este depósito fica à ordem de ... (entidade), a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Manutenção e Conservação

Anexo V

LISTA DE TRABALHOS E RESPETIVOS PREÇOS UNITÁRIOS (BASE)